



A cidade, os imigrantes e o silêncio

The city, the immigrant and the silence

DOI 10.20396/lil.v26inesp.8671413

Ana Maria Di Renzo¹

UNEMAT-UNIFACC

Resumo

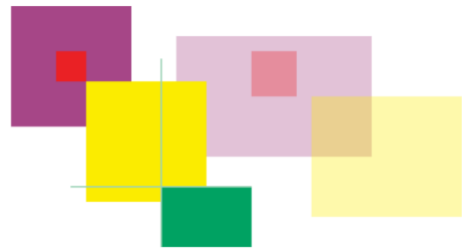
Este artigo versará sobre, em uma primeira consideração, a relação da cidade de Cuiabá/MT com os imigrantes, especialmente, haitianos e venezuelanos decorrente de catástrofes ambientais- o terremoto, e sócio-políticas-econômicas- crise política. Para tanto, tomarei o conceito de cidade e de silêncio tal como nos ensinou Orlandi em várias de suas obras, em especial, no livro “As formas do silêncio”, de 1992, vencedor do prêmio Jabuti. Ressalta-se que esta obra é parte de um volumoso trabalho da autora na consolidação da Análise de Discurso de linha materialista que se sustenta no entremeio de três grandes regiões do sentido: a linguística, a psicanálise e o materialismo histórico. Ao trazer à luz esta relação, o fazemos também considerando os estudos de Payer (1992) e do NEPO- Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”, da Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP. A complexidade e heterogeneidade desses processos envolvem reflexões muito mais profundas sobre as migrações venezuelanas no Sul global, em especial, na fronteira norte, em particular, em estados como o de Mato Grosso, após a travessia para Roraima. Pretendemos dar visibilidade à forma como nos espaços citadinos de Cuiabá os imigrantes são significados e como esse processo passa a constituir a relação com o estrangeiro, o apatriado, o refugiado, enfim, na imensa gama de adjetivação que passam a qualificar essa convivência.

Palavras-chave: Discurso, Cidade, Silêncio, Imigrantes, Fronteiras.

Abstract

This article will deal with the relationship between the city of Cuiabá/MT with immigrants, especially Haitians and Venezuelans, resulting from environmental catastrophes - earthquakes, socio-political-

¹ Possui graduação em Letras pela Universidade Paranaense (1985), mestrado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (2000), doutorado em Linguística na Universidade Estadual de Campinas (2005), com a participação no doutorado sanduíche em Lyon-França na ÉCOLE NORMALE SUPÉRIEURE LETTRES & SCIENCES HUMAINES (2003). Trabalhou como servidor efetivo na Educação do Estado do Paraná, no setor Administração Escolar e na Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT, de 1988 a 2020. Atua no grupo de pesquisa Linguagem: discurso e acontecimento (CNPQ) coordenado pela Profa. Dra. Ana Luiza Artiaga da Motta. Atualmente exerce as funções de professora colaboradora no Programa de Mestrado e Doutorado acadêmicos em Linguística e no Proletras, campus Universitário de Cáceres/MT da UNEMAT; de vice-presidente do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso-CEE/MT e presidente da Câmara de Educação Profissional e Ensino Superior do CEE/MT e Diretora Acadêmica da União das Faculdades Católicas de Mato Grosso-UNIFACC. Atua nas seguintes pesquisas: língua-história-escola, especialmente, na compreensão das Políticas Públicas de Língua, dentre outras.



economic - political crisis. In order to do so, I will take the concept of city and silence as Orlandi taught us in several of his works, especially in the book “The shapes of silence”, from 1992, winner of the Jabuti prize. It is noteworthy that this work is part of a voluminous work by the author in the consolidation of the Discourse Analysis of materialist line that is sustained in the midst of three great regions of meaning: linguistics, psychoanalysis and historical materialism. In bringing this relationship to light, we also consider the studies by Payer (1992) and the NEPO-Nucleus of Population Studies “Elza Berquó”, from the State University of Campinas-UNICAMP. The complexity and heterogeneity of these processes involve much deeper reflections on Venezuelan immigration in the global South, especially on the northern border, in particular, in states such as Mato Grosso, after the crossing to Roraima. We intend to give visibility to the way in which immigrants are signified in the city spaces of Cuiabá and how this process starts to constitute the relationship with the foreigner, the expatriate, the refugee, in short, in the immense range of adjectives that come to qualify this coexistence.

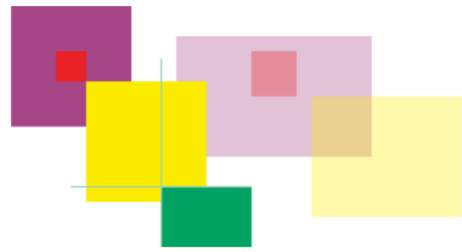
Keywords: Discourse, City, Silence, Immigrants, Subjects.

“Através das estruturas que lhe são próprias, toda língua está necessariamente em relação com o que “não está”, o “não está mais”, o “ainda não está” e o “nunca estará” da percepção imediata; nela se inscreve assim a eficácia omni-histórica da ideologia como tendência incontornável a representar as origens e os fins últimos, o alhures, o além e o invisível” (PÊCHEUX, 1990, p.8).

1. Introdução

É sabido pelos estudiosos da Análise de Discurso de linha materialista que a partir de 1960 com os estudos de Sausurre e de Michel Pêcheux a partir da década de 1980, que os estudos da linguagem e da sua relação com o sujeito passariam por reflexões tão profundas que desembocariam em conceitos ainda não imaginados. Este último autor, pesquisador da *École Normale Supérieure (ENS-Paris)* esboça a teoria a partir dos estudos feitos por Canguilhem e Althusser.

Tais estudos reconfiguram um novo modo de pensar e produzir a Ciência da Linguagem, colocando em cheque o estruturalismo saussureano, especialmente na sua negação do sujeito e da situação e a gramática gerativa transformacional elaborada por Chomsky que vinculava a relação da linguagem com o fator biológico.



É com a Análise de Discurso de Pêcheux que se advoga inauguralmente a relação da língua com a exterioridade e a linguagem passa a ser compreendida em sua prática, considerando o trabalho com o simbólico, com a divisão política dos sentidos, e compreendendo os sentidos como moventes e instáveis. De tal forma que a ciência da linguagem passa da frase para a compreensão do discurso que foi conceituado como “efeito de sentidos entre interlocutores”. As obras *Análise Automática do Discurso* (AAD, 1969) de Pêcheux e a revista francesa *Langages*, nº13 constituíram um divisor de águas em relação ao conceito de sujeito que passa a ser compreendido pelo inconsciente, isto é, a própria a linguagem, que é, por sua vez, interpelado pela ideologia, momento que também este conceito passa a fazer parte das reflexões sobre a língua. Essa concepção desestrutura por completo uma língua sistêmica, e a descentração do sujeito toma o centro da reflexão, posto que ele é, por excelência, por ela constituído e atravessado. É como se o interior da língua sofresse o maior abalo sísmico no processo de sua edificação como ciência após a era saussureana. E entra para a compreensão da linguagem e o sujeito um outro conceito fabuloso, o de história. Este conceito nos faz enxergar que a relação de enunciação é em si uma relação sociohistórica dos sentidos porque é necessário que consideremos a opacidade da língua, isto é, a materialidade, posto que a transparência da linguagem inexistente, logo, os sentidos não são dados previamente. Nesse sentido, o sujeito não é a origem do dizer. Todo esse construto teórico-epistemológico rompe com a ideia de língua autônoma que passa a ser admitida como uma autonomia relativa.

É Benveniste que, em 2005, fala que é na linguagem que o homem se constitui como sujeito, trazendo para as pesquisas desta ciência a questão da subjetividade com valor linguístico, uma vez que como sujeito da enunciação, há tomada de posição, uma posição muitas vezes fora do seu controle, uma vez que é pela língua na relação com a história que ele se constitui.

Nessa direção, não poderíamos deixar de dizer do processo de interpelação, que significa sua intimação pela ideologia, isto é, é pela relação com a ideologia que o indivíduo biológico do estruturalismo assujeita-se para poder dizer, ou melhor, como condição de dizer. Um assujeitamento que acontece porque há uma identificação com determinados pré-construídos que o sobredetermina. Logo, a interpelação acontece porque pressupõe uma inscrição primeira. Essa efusão de novos conceitos não somente acontecia na área da linguística, mas igualmente na filosofia, na qual um outro Michael tentava formular um conceito



que explicitasse uma nova compreensão de sentidos que os vinculasse a algo dito anteriormente. É Foucault que, em 2004, cria a ideia de formação discursiva (FD) tentando mostrar que na produção de sentidos havia relação com a história e que pareciam circunscreverem-se em uma mesma condição. Conceito que Pêcheux re-analisa e incorpora como sendo um lugar específico para se perceber a relação entre história e ideologia. De tal maneira que o sujeito não mais controla seu dizer, é filiado a sentidos ditos em dado lugar e momentos diferentes, resultando dessa relação uma incompletude constitutiva. Logo, os sentidos não são controláveis, nem transparentes, são sempre opacos e estão à deriva, podendo sempre ser outros. E outro deslocamento acontece: o sujeito do discurso tem que lidar com representações individuais a respeito de si mesmo, do interlocutor e do assunto abordado, posto que a origem delas não está nele, mas na história de sua constituição.

Parafrazeando Leão Brasil, (2011), para esse desafio teórico- analítico se requer 'fôlego'. E é nessa aventura que o conceito de discurso materializou a ruptura com os estudos linguísticos que antecederam a Pêcheux, porque ele materializa a relação língua, história e sujeito, é por excelência o fio que entrelaça essas dimensões de tal maneira que se pode depreender determinados sentidos e não outros, pois o não-dito também é constitutivo do dizer posto que foram interpelados pela ideologia, independentemente da vontade do sujeito. Isto é, por excelência, o lugar do trabalho com o simbólico porque cinge o dizer, é como se pudesse flagrar o avesso do trabalho de um bordado, que do seu lado direito é inimaginável compreender por que percursos linhas e cores passaram. Logo, o discurso não é soma de frases, mas o efeito delas, o que se pode compreender do conjunto delas porque foram ditas por alguém em determinadas condições e em determinados lugares. Uma relação que conclama a relação com a memória, o interdiscurso, ou seja, com as condições sócio históricas e ideológicas. O dito na superfície é apenas pegada que deixa o sujeito dos sentidos que materialmente escolheu para dizer. São como que vestígios que serão significados levando em consideração determinadas condições de produção. Assim, o que resulta da interpretação é o que chamamos discurso, os efeitos do/no simbólico, que se significa também pelo que está fora, a exterioridade. Como dito por Orlandi, "O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando" (ORLANDI, 2007, p. 15).

É somente por esse viés que podemos, então, nos estudos e pesquisas realizadas por diversos pesquisadores Brasil a fora que a cidade passou a ser compreendida como formas



de espacialização da linguagem cujas materialidades que a organizam nos permitiram fazer releituras, cujos efeitos de sentidos nos possibilitaram melhor compreendê-la como também seus processos de significação dos sentidos e dos sujeitos.

Há um grande marco nessa forma de compreensão da cidade como discurso: a criação em 1992 do Laboratório de Estudos Urbanos (Labeurb) - núcleo de pesquisa multidisciplinar, centro de extensão e produção cultural, que se tornou uma referência quanto aos estudos da cidade, analisada da perspectiva da linguagem, que tomaram esses estudos pondo em relação o sujeito, a linguagem e a história.

Este espaço foi e continua sendo preenchido com diversos estudos e pesquisas que passou a ser conhecido como uma nova área de conhecimento designada de Saber Urbano e Linguagem. Pesquisas e estudos que pelo discurso tomava para reflexões oportunizando novos gestos de interpretação: “os movimentos políticos, sociais e econômicos; o planejamento, a administração e a organização do espaço urbano pelo Estado; as práticas de memória, a cultura e a arte; a linguagem urbana e a escrita; a mídia e a computação assim como as relações do dia-a-dia”². Os efeitos de sentido dessas pesquisas, indubitavelmente, aproximou a relação da Universidade com a Sociedade, posto que a cidade passou a ser compreendida como linguagem e nessa direção, “a cidade se diz, como os sujeitos que vivem no espaço urbano o significam e se significam, como os movimentos sociais urbanos adquirem uma forma e se significam através de suas formas etc”³.

Em 2001, com o livro *Cidade Atravessada*, organizado por Eni Orlandi, a cidade é compreendida como uma organização, ou seja, está injungida a trajetórias, a vias, a repartições, a programas, a traçados e a tratados. Entretanto, vista pelo simbólico, a organização e desorganização se acompanham. De tal forma que tomando os sentidos da/cidade podemos tocar o modo como as relações sociais (urbanas) se significam na reprodução e na ruptura, seja pelas falas desorganizadas que significam lugares onde sentidos faltam, seja pela incidência de novos processos de significação que desloca a ordem do discurso e a organização do social. A linguagem, nessa nossa perspectiva, nos permite compreender o funcionamento do urbano, do cidadão, do social pelo simbólico específico que é a cidade. Nas

² <https://www.labeurb.unicamp.br/site/web/>

³ Idem



diversas pesquisas, as análises mostraram situações discursivas em que irrompem falas desorganizadas que apontam para um “fora do discurso” quer politicamente, historicamente, e ou linguisticamente. Essas rupturas surgem porque o consenso é efeito do imaginário, ou seja, o discurso social não é homogêneo e isso aponta para diferentes movimentos de discurso que se cruzam na “incompreensão”. Esse processo é muito complexo e provoca um outro efeito: o sujeito, que frente a essa desorganização, também se desorganiza e é justamente esse discurso social que se mostra como metáfora da divisão social. Nesse sentido, o urbano aparece como “catalizador” do social e o sentido de urbanismo como complemento do imaginário que “interpreta” o que é o urbano, sobrepondo-se à cidade, delimitando-a, desenhando seus sentidos (significando-a), assim como ao social.

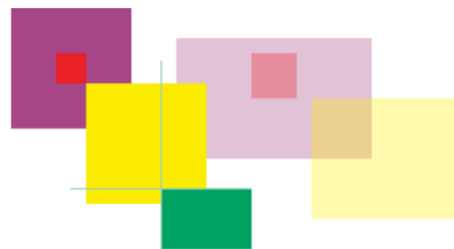
A cidade, então, pelo discurso (do) urbano, convoca o social, o polido que, no entanto, se realiza administrativamente como o policiado, referido à manutenção da organização urbana. Nessa direção, o social passa a significar pela urbanidade (planejamento, tecnologia) e perde suas características materiais estruturantes.

Decorrente dessas análises da relação cidade/urbanidade, toca-se a questão da cidadania ao tomar o sujeito da cidade como sendo uma posição-sujeito significativa, posto que pelos estudos do discurso, compreendemos que é no sujeito que o mundo faz sentido e que a linguagem se realiza, isto é, se realiza como discurso, logo, trata-se de compreender como a cidade faz sentido no sujeito, como ela se diz nele.

Em nossa análise para este artigo, o discurso da cidade toca, então, a relação com os imigrantes, através da materialidade da própria cidade, constituída de falhas e de sentidos ainda irrealizados que se sustentam na incompletude e na possibilidade de novos sentidos, novas posições-sujeito, sujeitos do simbólico, sujeitos sócio-políticos: os refugiados, apatriados, etc..

Tais reflexões tem sua inquietude provocada notadamente pelos estudos de Payer (2006) que alia a questão do sujeito da linguagem à política e à história, contituindo-se uma grande referência para pensar o nacionalismo, a relação entre línguas, a alteridade e os processos de identificação.

Assim, a materialidade que nos inquieta ancora-se na relação simbólico-política que marca a presença do apatriado como um estranho, do outro que vem de outra fronteira. Isso quer dizer que a essa nova presença passou a ser constitutiva do processo de significação



da cidade mas que a cidade estranha e não reconhece como do mesmo no mesmo lugar. Essa ancoragem simbólico-política da cidade se metaforiza nos diferentes gestos de interpretação da cidade em seus diferentes modos de significar os/nos sujeitos e na história. É justamente pela presença do outro, do estranho nos viadutos, nas esquinas, nos subpostos de trabalho que metaforiza para nós a “falha” que se transmuda em indiferença, em apagamento, em silêncio porque não é acolhida pela história. Em a “Algazarra” do urbano RANCIÈRE,(1996), o autor diz ser o muito cheio que silencia o sujeito imigrante e estanca o movimento em que o irrealizado da cidade viria fazer sentido em sua materialidade histórica ainda que contraditória.

Desse modo, a cidade é um espaço real de significação sujeito a transformação que, pela imposição do urbano, é abafado, silenciado. A materialidade simbólica da cidade é contida pela urbanização. Há, assim, uma redução significativa da cidade e do social pelo efeito da ideologia que constitui o urbanizado.

Desde 2016, o Brasil também tem sido um país de destino e trânsito para os venezuelanos. De acordo com os números informados pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e pelo governo brasileiro, 32.744 venezuelanos solicitaram refúgio no país e outros 27.804 obtiveram autorização de residência por vias alternativas ao sistema de refúgio, totalizando mais de 60.000 pessoas registradas pelas autoridades migratórias brasileiras até maio de 2018 (UNHCR, 2018c).

Mesmo considerando um número expressivo de migrantes em um curto período de tempo, não é uma situação fácil de acolher e integrar. A região pela qual chegam constitui um dos maiores desafios, posto que grande maioria, isto é, cerca de 40.000 pessoas, entrou pelo estado de Roraima, que compartilha uma fronteira com a Venezuela (SPLINDLER, 2018). Para muitos, esse estado é uma porta de entrada para outros estados, dentre eles, Mato Grosso, em nosso caso, a relação com a cidade de Cuiabá.

No entanto, houve inúmeras polêmicas noticiadas em todas as mídias, inclusive a de que o governo de Roraima entrou com a Ação Civil Originária 3121 (ACO 3121), solicitando que o Supremo Tribunal Federal (STF) determinasse que a União assumisse efetivamente o controle policial e sanitário na entrada dos migrantes no Brasil, inclusive com o fechamento temporário da fronteira com a Venezuela (RORAIMA, 2018). Nota-se com esse gesto, uma



divisão de sentidos posta pela relação do outro que adentra a um espaço de não-pertencimento, posto que à nação pertencem aqueles “nascidos” nela.

Pelo trabalho da ideologia na relação com imaginário, interdiscurso, memória e história, temos que a nação é constituída por um Estado nacional constituída por um povo que tem **a mesma** origem, história, língua e tradições. Donde se chega a concepção de nacionalidade que tem provável origem na palavra francesa “nationalité”, cujo significado se refere ao “sentimento nacional”, que dá a condição de pertencimento e que, por sua vez, se contrapõe a de estrangeiros, aquele que pertence a outra nação. E pelo conceito de nacionalidade que chegamos ao conceito de cidadão que significa a ligação jurídica e política de um indivíduo a um Estado, o sujeito de direitos e deveres.

Contudo, com a globalização, a ideia de um mundo sem fronteiras físicas e de livre mobilidade ganhou força. Mas, ao contrário dessa concepção, CASTLES (2010) afirma que a migração é um processo baseado na desigualdade e na discriminação e que continua sendo controlado e limitado pelos Estados. No mesmo sentido, RAFFESTIN (1993), longe da ideia de um mundo que prescindia das fronteiras, diz ser fato que os limites territoriais seguem sendo reafirmados pelos Estados de diferentes formas, por exemplo, para conter e controlar os fluxos migratórios.

Ainda que fronteira seja porosa e se significa por uma linha que imaginariamente define os espaços e seus limites, estabelecendo pertencimentos igualmente imaginários entre as nações, as questões sociais, culturais, políticas e econômicas produzem, como efeito, outros movimentos que tocam a complexidade da mobilidade humana na configuração desses territórios. RODRIGUES (2006, p.18) assinala que:

na fronteira, se encontram os seguintes tipos de sujeitos: 1) os fronteiriços, nascidos na zona de fronteira; 2) os fronteiriços nacionais migrantes, que provêm de outras regiões do país; 3) os fronteiriços internacionais migrantes¹, ou seja, os estrangeiros; e 4) os viajantes, que transitam a fronteira diariamente por motivos laborais, de diversão ou de lazer.

Com relação à Venezuela, afirmou o autor em sua análise, o que se tem é o aumento de fronteiriços internacionais migrantes e também de viajantes nas cidades fronteiriças, o que também implica em transformações na cotidianidade dos fronteiriços e dos fronteiriços nacionais migrantes



Vale mencionar que ha pouco tempo, o Brasil, mesmo com uma imagem de país de imigrantes, não tinha uma presença muito forte de venezuelanos no seu território. Ao contrário, na fronteira com a Venezuela, era maior o número de brasileiros que ingressavam nesse país do que venezuelanos querendo entrar no Brasil. Entretanto, o processo migratório rasga o conceito de fronteira, e Boa Vista e Manaus são as cidades que maior perturbação na relação com esses sentidos de pertencimento se deu, sem contar as inúmeras deportações que houveram decorrente disso.

O que nos toca, em especial, neste texto, é a relação com o apagamento desse outro que chega e invade não somente o espaço físico da cidade, mas principalmente, o imaginário dos sentidos de pertencimento, recaindo sobre a ideia de **fronteira fechada** e como área de defesa do Estado.

A questão dos sentidos de pertencimento é que dá visibilidade à presença do estrangeiro que desorganiza a ordem da cidade, pois em função das relações diplomáticas, há que se fornecer atenção à saúde, à educação, à moradia, à alimentação, etc. A presença do estrangeiro, do apatriado, do refugiado, são designações que fazem irromper sentidos outros: “o país Brasil é dos brasileiros, a cidade de Cuiabá não dá condições nem para os cuiabanos, por que acolher venezuelano, afirmou o entrevistado A.

Nota-se uma visão negativa dos migrantes, pois segundo RAFFESTIN (1993), fruto de uma concepção que atribui às fronteiras apenas valores negativos, muito vilipendiado pelo paradigma do ex-presidente Donald Trump sobre os migrantes latinos e com a posição de alguns países europeus no que tange a crise migratória da Síria. Sentimentos da individuação do pertencimento que desliza para o sentimento xenofóbico, criando tensões e conflitos entre a população nativa e a população migrante. Para NIÑO, (2020, p.28),

No Brasil, se deram protestos contra a presença de venezuelanos, especialmente em Pacaraima e Boa Vista (BORGES; WLADIMILA, 2018) e inclusive ataques à população venezuelana como o incêndio a casas de migrantes em Boa Vista (FÉLIX, 2018).

O imaginário, por outro lado, de um Brasil que tem braços abertos para os migrantes tem relações com seu processo colonizatório entre pretos e pobres tal como a campanha republicana brasileira oitocentista até o período entre guerras, cujo processo buscou diretamente a seleção de grupos migratórios que estariam de acordo com as aspirações nacionais, em uma prática classificatória identificada como um racismo metodológico. O



discurso midiático mais difundido, reproduz discursos internacionais, tomando o migrante como invasor que chega ao país de destino para concorrer com saúde, educação, moradia e alimentação dos nacionais. Essa narrativa sustenta um discurso xenófobo, de tal sorte que interesse apenas migrantes considerados desejáveis, de situação socioeconômica estável.

Em diversos jornais de Cuiabá, a formulação sobre os migrantes são paráfrases umas das outras. Em Rdnews, a notícia é: “Venezuelanos **tomam** as ruas de Cuiabá **pedindo emprego** desesperadamente”, seguida de um texto em que reafirma:

Sob o sol das 10 horas, as primas venezuelanas Kateye de Jesus e Yolisebel Josefina **pedem trabalho** a quem passa em frente ao 44º batalhão do exército no bairro duque de caxias, em cuiabá. Enquanto a primeira **descansa sentada**, a segunda estende um cartaz em que pede uma vaga de diarista e agradece pela atenção. “não queremos dinheiro, **apenas trabalho**”, afirmam⁴. Esta é uma cena que está ficando comum pelas ruas e avenidas de Cuiabá. Venezuelanos estendem cartazes de papelão, com número de celular, com apelos. Muitos deles **levam até crianças** aos pontos sob sol forte. Nos poucos dias de frio, a situação não muda.

Como se pode ver, o outro que chega **tomam as ruas, pedindo emprego, querem apenas trabalho, levam até crianças**, são formulações que interpelam o leitor para uma compreensão de que os migrantes são meus concorrentes diretos, pois querem permanecer no território que não é seu. Um outro entrevistado B, disse: você pode ver, **todo dia** aparece aparece nos **jornais**, seja da **TV** seja na **internet**, notícias que falam **dessa invasão** que estamos sofrendo”. E enche **nossas ruas** com essa **mulherada com crianças nos braços** só pra tentar amansar a gente, além de deixar as ruas **da nossa capital** muito feia. Acho que tinha que ter um casa lá pra por **essa gente** e aos poucos levar eles de volta pro país deles”. O entrevistado “C”, disse: O **trabalho** no Brasil se quer **dá pro nosso povo**, e como você vai colocar uma **estrangeira dentro da sua casa** pra fazer limpeza? Eu não conheço a pessoa, **sei lá se vai pegar as coisas, parece tudo uns índios**”. Os termos em destaque dão visibilidade à compreensão do estrangeiro como perigo. O estrangeiro que desorganiza a cidade e a torna feia, posto que as ruas e a capital são “nossas”. Como dito por RIZENTAL (2017,p.102),

⁴ <https://www.rdnews.com.br/cidades/venezuelanos-tomam-as-ruas-de-cuiaba-pedindo-emprego-desesperadamente-leia/116875>



Sua “raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas” (idem) o significam de forma a torná-lo indesejado em seu lugar de origem. A imagem que lhe é atribuída a partir de seus dizeres e do que se diz sobre ele o transforma num problema a ser eliminado.

Para além dessa relação de estranhamento, nos deparamos com o processo de precarização do trabalho, de perdas de direitos, de políticas neoliberais que buscam uma elevada extração de mais valia, fomentando a informalidade, a flexibilização e a terceirização do trabalho. Para além disso, como nos mostrou Payer (2009), ao estudar diversas relações imbricadas no processo de imigrantes italianos no sul da Brasil. Apontou a autora que:

estudando a questão das línguas no processo de nacionalização de imigrantes (italianos) no Brasil, identificamos, tanto no discurso oficial quanto nas entrevistas com sujeitos que trazem a historicidade da imigração, uma forte tensão entre a língua nacional (português) e a língua materna dos imigrantes (italiano e dialetos). Anais do SILEL. Volume 1. Uberlândia: EDUFU, 2009.

Ressalta-se que houve a entrada de indígenas do povo Warao nesse contexto migratório decorrente de uma série de intervenções no território desse povo. No entanto, a constituição da população cuiabana também é originária dos povos indígenas. Pelo efeito do trabalho da ideologia na relação com os sentidos e a história, há um apagamento dessa memória.

Outros gestos de interpretação sobre esses migrantes é a ruptura que eles provocam no processo de embranquecimento do fluxo migratório, aquele que interessa ao grande capital. Porém, pela falha, pelo equívoco, tem-se igualmente interesse na territorialização de uma mão de obra barata, de novo, escravocata que vai alimentar a base do capital.

Nesse sentido, BOECHAT (2019, p.1206) analisa:

a mobilidade do trabalho como uma formação social em constante processo, que ocupa e produz espaço, portanto, territorializa-se nos locais determinados pelo capital, formando conteúdos específicos de territorialidade. No caso das migrações, a mobilidade desse sujeito dentro de um território, buscando oportunidades de trabalho, atende, contraditoriamente, as necessidades do capital, transformando e reproduzindo seu território

Ao lado de outras análises possíveis, é importante dizer que o contexto mundial de reestruturação produtiva do capital também sofre alteração e com ela as formas e relações de trabalho, com a constituição de uma “classe-que-vivedo-trabalho”. Nesse sentido, ANTUNES (2018, s/n), argumenta que:



esse processo que se inicia nos anos 1970, leva no século XXI à bilhões de homens e mulheres que dependem exclusivamente do trabalho para sobreviver e que encontram cada vez mais situações instáveis, precárias ou vivenciam o flagelo do desemprego. Entretanto, não se trata do fim do trabalho, ao contrário, consiste em uma nova morfologia do trabalho, com toda sua contradição, “a dialética espetacular do trabalho”, que emancipa e aliena, humaniza e sujeita, libera e escraviza.

Aos poucos vamos compreendendo que em decorrência de várias barreiras, dentre elas, a linguagem, a falta de documentação, pois são sujeitos ‘sem lenço e sem documento’, descendentes indígenas, com crianças nos braços e sem trabalho, tornam-se vulneráveis na terra do outro, aos pre-conceitos, à violência, e à exploração da mão de obra.

No estudo antropológico da ACNUR, demonstra-se que:

a prática de pedir dinheiro na rua, se sustenta na mesma lógica que orienta a coleta de frutas e pequenos animais em ambiente natural, transportadas para outros espaços, tratando-se de uma estratégia adaptativa desenvolvida no contexto urbano e jamais um traço cultural

tradicional desse povo. Ressalta-se a importância de uma política pública eficaz, no sentido de promover uma inserção social qualificada desses imigrantes, indígenas ou não, no território nacional, papel assumido por organizações da sociedade civil ou instituições religiosas perante a ineficiência e ausência estatal nesse processo.

Precisamente, em Cuiabá, é a Pastoral do Imigrante que faz esse trabalho, posto que Cuiabá é a cidade polo regional de serviços relacionados ao agronegócio, e esses imigrantes se inserem principalmente em atividades com baixa remuneração nos setores de comércio e de serviços.

Nessa perspectiva, em que a cidade é representada pela organização urbana, o sentido na cidade tropeça na lógica também de um pertencimento apenas aos seus cidadãos. Nesse direção, os imigrantes geram conflito real e constitutivo na relação esses sentidos, pois isso toca o confronto do homem com o simbólico e com o político. É como se a presença do ‘estrangeiro’ flagrasse o real da cidade e afungentasse a posição sujeito urbano. Nesse sentido, a mídia, embora não seja apenas ela instância produtora do imaginário constitutivo das relações com os imigrantes, ela o acentua na medida em que investe nesse processo de significação uma vez que se constitui, por si, num aparelhamento estatal, próprio ao funcionamento.



Nesse processo discursivo, as falas desorganizadas que touxemos tanto da mída quanto dos entrevistados nos servem como observatórios que permitem ver pelo jogo linguístico-histórico em que o simbólico se confronta com o político para singificar a cidade num determinado modo de constituição em que os sujeitos se subjetivam em determinados sujeitos sociais, que silenciam outros sentidos e outras posições-sujeito, como por exemplo, a posição sujeito imigrante, transmutado por paráfrases que lhe adjetivam de apatriado, refugiado, fugido, invasor, etc..

Esse aprisionamento da materialidade significativa do sujeito imigrante pelo discurso (do) urbano, imobiliza-o no enquadramento que o afasta dos demais sujeitos, destituindo-o do tecido social de sua significância mais própria, reduzindo-o às possibilidades de sua historicização, de tal modo que abalam o planejamento e a administração do discurso urbano que não se imagina realizar-se com a presença do estrangeiro. Tais sentidos são domesticados por um gesto de interpretação que silencia os conflitos, silencia-se, por excelência, o que demanda sentido, evitando as transformações possíveis.

E justamente o conceito de Silêncio que nos ensinou a compreender Eni Orlandi, em 1992, a começar por indagações que buscam ser respondidas até hoje, em vários outros campos das ciências que dele se aproveitaram para aprofundar reflexões. O silêncio tem forma? O que significa o silêncio ter forma? Como se pode apreender a sua forma? Por que uma pesquisadora da linguagem se propõe a falar sobre o silêncio? Para Orlandi, o que está na base da constituição dos sentidos é o silêncio fundante, que como disse, “é um *continuum* absoluto, o real da significação, o real do discurso”. Nessa direção, o silêncio não é pensado como falta, mas a linguagem é que é pensada como excesso, pelo movimento de descentração do verbal por meio do silêncio. Isto porque os sentidos não se alinham em uma linearidade, literalidade e completude, porque se faz em todas as direções, pois em função da relação da língua com a ideologia, só podemos dizer a partir das condições de produção pela lealdade da relação língua e história, onde se constitui as representações. Ao expor o olhar do analista à opacidade do sentido e do sujeito, significa possibilitar outros sentidos, a desordem, dando espaço à indistinção, à ambiguidade.

Como dissemos, há uma saturação do discurso do urbano que vai impedir que a cidade se diga nesse novo real a partir das falas desorganizadas que são pistas, vestígios, indícios, dos quais a cidade poderia se dizer. Por outro lado, em relação ao real da cidade, há sempre movimento do sujeito e do sentido, cujo movimento pode ser uma ruptura nesse



movimento. Daí a idéia é justamente a de fazer virem à tona esses processos silenciados, observando-se as falas desorganizadas como traços desse movimento contido, onde a cidade e todos os seus sujeitos não estão sempre já significados mas que reclamam outros sentidos, outras posições sujeitos.

De tal modo que podemos pensar a cidade como parte fundamental de um processo em que os acontecimentos são mas materialmente diferentes, constituindo novas formas sociais e representando um real deslocamento ideológico nos modos de significar, modos como o Estado subjetiva as relações sociais na relação do político com o simbólico. Esses modos administram fortemente os processos de significação que dizem respeito ao espaço público.

Como dito por ORLANDI, (1999, p.59),

discurso sobre a cidade é um discurso hierarquizante, que suprime vários prismas, várias nuances, várias vozes, em nome de uma concepção positivista de cidade que, ao mesmo tempo em que se regozija com o crescimento e a poderosa vastidão das metrópoles, procura uniformizar todos seus ocupantes como sujeitos-modelo, retirados de suas vivências específicas, de suas marcas históricas, de sua subjetividade. ()

Indo à 'necessária' mas quase 'inconcebível' finalização deste artigo, é preciso compreender a relação da cidade com imigrante para além de um ponto de vista normatizador, administrativo, mas enfrentar a contradição inerente a presença de um outro – apatriado, refugiado, invasor, que o discurso do urbano se recusa a nela integrar. Logo, cidade no espaço do simbólico não é transparente, mas refratário. Ao analisar a cidade deparamo-nos com outras subjetividades que nela significam Orlandi (1999) nos possibilitou compreender as cidades, não como entidades fora da história, mas como espaço do político.

2. A inquietação que não cessa

A realidade da mundialização não nos dá uma resposta sobre qual a forma dos Estados existentes no mundo, senão apenas uma certeza: não se trata mais (ou talvez nunca foram) dos Estados-nação modernos. De fato, a sua soberania está mortalmente afetada e até mesmo extinta para alguns. A figura do Estado, de fato, está profundamente abalada e não há, ao contrário do que muitos afirmam, certeza para onde caminha esse Estado. Nas palavras de Zigmunt Bauman, “a globalização parece ter mais sucesso em aumentar o vigor



da inimizade e da luta intercomunal do que em promover a coexistência pacífica das comunidades”. De tal modo, que provoca a exclusão dos mais fracos, deixando-os mais pobres e miseráveis, na mesma proporção em que aumenta o poder e a riqueza dos países dominantes. Para o autor:

O desafio é mesmo espantoso: negar aos outros o mesmíssimo direito à liberdade de movimento que se elogia como a máxima realização do mundo globalizante e a garantia de sua crescente prosperidade [...] as imagens de desumanidade que dominam as terras onde vivem possíveis imigrantes vêm, portanto, a calhar. Elas reforçam a determinação que não dispõe de argumentos éticos e racionais a apoiá-la. Ajudam os habitantes locais a permanecerem locais, ao mesmo tempo que permitem aos globais viajar com a consciência limpa. Como, neste contexto, pensar em um mundo sem fronteiras, se as fronteiras só não existem para os mais ricos, em um mundo normalizado por um único direito, se a base desse direito será o ordenamento jurídico. (BAUMAN, p.69)

A nacionalidade implica, por sua vez, obrigações e reconhecimentos de uma comunidade política: o silêncio e o anonimato em que os imigrantes costumeiramente são submetidos, nos leva a continuar refletindo sobre essa temática e a pensar como compreender o conceito de democracia em que pese sempre a sua relação com um mundo sem fronteiras, posto que ela, em última análise, pressupõe uma limitação territorial. É nesse silêncio constitutivo da nação, estado e fronteira que obrigatoriamente deveremos continuar a compreender os imigrantes com/nas cidades.

Como disse RIZENTAL, (2017, p102-102), ao considerar os discursos sobre o refugiado, apatriado, percebemos:

que os sentidos são deslocados, mas estão aí, sempre-já-aí (Pêcheux, 2014 [1988]), retomados e repetidos, comparecendo nos interdiscursos, pois o imigrante refugiado carrega a marca da diferença, da ameaça e da dúvida {...} Como se tivesse uma letra escarlate pregada no peito, ele continua caminhando com o temor da perseguição, da não aceitação, do rechaço à sua cor, à sua língua, da falta do direito humano de ser fiel às suas crenças e opiniões.

Resta-nos, a continuar essa reflexão, na afirmação de PAYER; CELADA (2016) compreender os processos de identificação que se realizam na contemporaneidade das nossas sociedades como condição de compreender tanto o lugar social quanto o estatuto, em nosso caso, dos migrantes que rompem as fronteiras, não somente físicas, mas, imaginárias.



Referências bibliográficas

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. **Venezuela situation**. Responding to the needs of the people displaced from Venezuela. Supplementary Appeal, jan-dez.,2018.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 1ª ed. São Paulo. Boitempo. 2018.

ASSEMBLEIA GERAL DA ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris. 10 dez. 1948. Disponível em: < <https://www.un.org/en/universal-declaration-humanrights/rights/>>. Acesso em 10 nov. 2018.

BAUMAN, Z. Globalização: consequências humanas, (trad. Marcus Penchel, p.69) Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999. p.65. In: A globalização e o estado-nação: rumo a pós-modernidade e ao estado cosmopolita? **Revista de Direito**, UFPR, v. 41, n. 0.2004: Hartmann, Érica de Oliveira e Borge, e Guilherme Roman.

BOECHAT, Cassio. de A. Mobilidade do trabalho no Brasil: A recepção da obra de Jean-Paul de Gaudemar e uma perspectiva crítica para os estudos migratórios. In: **Anais do XVI Simpurb**, Vitória: UFES, 2019, pp. 1197-1216.

CASTLES, Stephen. Compreendendo la migración global. **Revista de Relaciones Internacionales**, Madri, n. 14, p. 141-169, 2010. IN: Espaço Aberto, PPGG - UFRJ, Rio de Janeiro, V. 10, N.1, p. 51-67, 2020.

Celada. María Teresa; Payer, Maria Onice. “Sobre sujeitos, língua (s), ensino. Notas para uma agenda”. In: Celada. María Teresa; Payer, Maria Onice (orgs.) **Subjetivação e processos de identificação** - Sujeitos e línguas em práticas discursivas - inflexões no ensino. Campinas, SP: Pontes, 2016, 17-41.

Rancière, Jaques. **O desentendimento**. Política e filosofia. Trad. Ângela Leite Lopes. 1996.

Niñoi, Edgar Andrés Londoño. Migração, Cidades e Fronteiras: a Migração Venezuelana nas Cidades Fronteiriças do Brasil e da Colômbia. In: **Espaço Aberto**, PPGG - UFRJ, Rio de Janeiro, V. 10, N.1, p. 51-67, 2020.

ORLANDI, Eni. (Org.). **Cidade Atravessada**: os sentidos públicos no espaço urbano. Campinas: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni. **As Formas do silêncio**. (Prêmio Jabuti 1993). 6a. ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp. 2007.

PAYER, Maria Onice. **Memória da Língua**. Imigração e nacionalidade. São Paulo, Ed. Escuta, 2006.

PAYER, Maria Onice Processos de identificação e memória da imigração em mídia jornalística. **Anais do SILEL**. Volume 1. Uberlândia: EDUFU, 2009.

Pêcheux, Michael. **O Discurso**. Estrutura ou Acontecimento? Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Ed. Pontes.1990.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática,1993. 269. 2018 .

CLAUD, Raffestin: **Território, fronteira, poder** Barcelona: Icaria editorial, 2018, 304 p.



RODRIGUES, Franciele. Migração transfronteiriça na Venezuela. **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 57, p.197-207, 2006.

RIZENTAL, Sabrina Sant'anna. **Refugiados**: Tensões Em Um Imaginário De Acolhimento. Niterói, RJ. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense. 2017.

RORAIMA (estado). Procuradoria Geral do Estado. Ação Civil Originária de 12 de abril de 2018. Acessado em www.stf.br/portal/processo, ver 5437155, acessado em setembro de 2022. UNHCH, 2018c.

SPINDLER, William. **Response stepped up in Brazil as Venezuelan arrivals grow**. UNHCR. 06/04/2018. Disponível em: [http://www.unhcr.org/news/briefing/2018/4/5ac72f194/response-stepped-brazil-venezuelan-arrivals-grow.html#\[1\]](http://www.unhcr.org/news/briefing/2018/4/5ac72f194/response-stepped-brazil-venezuelan-arrivals-grow.html#[1])>, acessado em setembro 2022.